

**EDUCADORAS MISSIONÁRIAS NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO EM FINAIS  
DO SÉCULO XIX: FRAGMENTOS DE SUA PASSAGEM PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

*Missionary teachers in the province of São Paulo in the late nineteenth century:  
fragments of its passage through school education*

Jane Soares de Almeida\*

**RESUMO**

Nos anos finais do século XIX a Província de São Paulo contava, além das escolas públicas, particulares e católicas, com as escolas americanas protestantes fundadas pelos missionários norte-americanos. Essas escolas passaram a fazer parte da oferta de ensino regular num sistema escolar que tentava firmar-se na educação paulista e chegaram mesmo a destacar-se no cenário nacional, sendo reconhecidas pelas autoridades brasileiras, colaborando na construção da cultura, nacionalidade e identidade do País. Ao ressaltarem a necessidade de educação para as mulheres e o magistério feminino como forma de elevação moral e espiritual, de acordo com seus preceitos religiosos, e instituírem a coeducação dos sexos, descortinaram uma nova perspectiva educacional, diferente da pregada pelos colégios católicos e até mesmo pelo ensino público.

**Palavras-chave:** protestantismo, educação feminina, magistério, missionarismo.

**ABSTRACT**

At the end of the XIXth Century the province of Sao Paulo had, besides Public Schools, Private and Catholic ones, the North American protestant Schools founded by north American missionaries. Those schools became part of the ordinary educational offer of a teaching system which tried to establish itself within Paulistic Education. They furthermore stood out in the National scenery and were recognized by Brazilian authorities to collaborate in the formation of the culture, nationality and identity of the country. On emphasizing the need of women's education and female teaching as a way of moral and spiritual exaltation to their religious, moral and spiritual precepts and instituting coeducation of sexes unveiled a new educational perspective different from that offered by catholic and even official schools. Introduce the liberal premises prevailing in the United States. They were viewed with some mistrust by the conservative sectors of the civil society and the Catholic Church of Sao Paulo.

**Keywords:** Protestantism, female education, teaching, missionary work.

Ao longo dos séculos, nas nações em desenvolvimento, um modelo normativo de mulheres inspirado nos arquétipos do Cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento onde se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica da figura feminina pela ideologia imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade. Essa ideologia desqualificava as mulheres do ponto de

---

\* Doutora em História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo, com estágios de pós-doutorado realizados na Universidade de Lisboa, na Harvard University e na Universidad Autónoma de Barcelona. Professora Livre-Docente aposentada da UNESP. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba. E-mail: janesoaresdealmeida@uol.com.br

vista profissional, político e intelectual. O uso de uma linguagem mística para qualificar o papel feminino foi utilizado pela ideologia cultural que buscava na religião as metáforas e analogias para definir a mulher-mãe com atributos de *santa, anjo de bondade e pureza*, qualidades que todas deveriam possuir para serem dignas de coabitar com os homens e com eles gerar e criar filhos. A Igreja católica associava a figura da mulher santa, feita à imagem de Maria, à pureza de corpo e espírito, enquanto as mulheres desviantes, transgressoras, principalmente as prostituídas, seriam ligadas à maldade, à perfídia, ao pecado e à decadência. Se a primeira era o espírito e a santidade, a segunda seria carnal e pecadora, levando os homens à corrupção do caráter e do corpo. No entanto, ambas deveriam ser submissas e dependentes, pois a ordenação social assim o exigia, e a *ordem natural das coisas* não deveria ser questionada por aquelas que eram as destinatárias de um processo de controle ideológico altamente repressor quanto à sexualidade. A ideologia de caráter religioso regrou a sexualidade da mulher e do casal, perpassando toda a vida social do século XIX e estendeu-se ao século XX, veiculada na sociedade, na família e na educação. Nas escolas, as moças seriam instruídas quanto à importância da castidade e da pureza; nas igrejas deveriam confessar ao padre quaisquer pensamentos *impuros* que porventura tivessem quanto ao sexo; na família se impedia toda e qualquer manifestação voltada para explorar ou exercer a sexualidade.

No território brasileiro nos anos finais do século XIX, o pensamento positivista valorizou as mulheres como mães e esposas, para quem o lar era o altar no qual depositavam sua esperança de felicidade, sendo o casamento e a maternidade suas únicas aspirações. Os anos iniciais do século XX iriam ultrapassar, em parte, a teoria das diferenças biológicas propostas pelo Positivismo, que iam ao encontro de uma ideia de sociedade que necessitava da presença feminina, ao mesmo tempo em que serviam para referendar a ocupação do espaço público pelos homens, segregando-se as mulheres nos limites do privado e reservando a elas o cuidado com os filhos que deveriam ser depositários dos seus ensinamentos morais. O fim último da educação era preparar as mulheres para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos, não se cogitando que viessem a desempenhar uma profissão assalariada. As mulheres educadas dentro dessas aspirações masculinas seriam uma companhia mais agradável para o homem que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente da prática do período colonial com seu recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade (ALMEIDA, 2007).

No Brasil do século XIX, nas várias províncias da federação, ainda eram incipientes os movimentos pela emancipação feminina, embora houvesse mulheres escritoras, poetisas, professoras, intelectuais, preocupadas com questões referentes à educação das meninas, mesmo em pequeno número. Poucos são os escritos deixados por mulheres. Poucas são suas memórias. Houve sim jornais, livros, romances que escreveram. Estes são retratos de uma época, testemunhos de tempo, legados de sua história num panorama social que sempre privilegiou os feitos masculinos, relegando a voz das mulheres às fímbrias do sistema, ao silêncio das horas.

Atualmente tem sido possível reescrever esta história, num trabalho realizado por jovens pesquisadoras nos cursos de mestrado e doutorado, por pesquisadoras mais

experientes em artigos e livros, nas comunicações em congressos e demais eventos acadêmicos. Isso acompanha uma tendência relativamente recente, que surgiu quando a crítica teórica feminista criou o conceito do gênero como categoria relacional impregnada de alteridade. Escrever História sob a perspectiva das mulheres e utilizar o gênero como categoria explicativa se constitui num desafio, porque tal procedimento significa abordar aspectos conceituais dos fatos históricos sob uma ótica diferenciada da comumente adotada, quando aos fatos oficiais se ressaltam os feitos masculinos, como se as mulheres fossem uma parcela invisível no contexto social das várias épocas.

Num país vasto como o Brasil, torna-se impensável homogeneizar a história das mulheres dado os diferentes contextos sócio/econômicos principalmente. Mas, em comum, há as categorias de subordinação erigidas na sociedade, muitas vezes em nome da moral e dos bons costumes ditados particularmente pela Igreja Católica, dado ser a religião uma das armas mais eficazes para manter a servidão. Para as mulheres, o Cristianismo talvez tenha representado a mais efetiva forma de controle do corpo e da alma acobertada pela louvação à maternidade e à sacralidade dessa *missão*. Por outro lado, a assepsia da sexualidade feminina, cujo objetivo seria manter a prole ao abrigo de possíveis bastardias, não se estendia aos homens, instaurando formas diferenciadas de comportamento.

A educação e a profissionalização femininas no século XIX em São Paulo e certamente em todo o Brasil, sempre foram relegadas a plano secundário, quando não se constituíram em objeto de distorções da parte dos homens e até das próprias mulheres que se viam confinadas à reprodução biológica e à vida no mundo privado. Esse fato implicava no estabelecimento de relações de poder entre os dois sexos, as quais passavam, inclusive, pela questão do saber, pois conhecimento e poder sempre estiveram necessariamente interligados. Manter o dominado longe do saber foi e continua sendo uma estratégia eficiente no controle e na manutenção de mecanismos de dominação. Situa-se aí a ambiguidade da posição feminina a respeito do trabalho e da instrução, representada pelo equilíbrio entre a condição desejável e a possível de se obter, instaurando entre esses dois extremos, a hermenêutica da sua condição. O magistério, pela especificidade da qual se revestia representada pelo cuidado de outrem, foi talvez uma das maiores oportunidades para se atingir esse equilíbrio por ser uma profissão considerada adequada às mulheres no desempenho do papel de regeneradoras da sociedade e salvadoras da pátria, além de ser aceitável, em termos sociais, trabalharem como professoras.

As expectativas sociais sobre a conduta feminina significavam também uma exacerbada vigilância do corpo e da alma das mulheres. Os limites urbanos, com seus olhos vigilantes, impuseram costumes distintos e mantiveram hábitos severos e, guardadas zelosamente por pais, irmãos e maridos, não poderiam, a não ser pela educação terem condições de comandar suas vidas e inserirem-se no espaço público. O acesso à educação e a possibilidade de exercerem uma profissão representada pelo ensino de crianças de tenra idade revelaram-se como espaços para a continuidade da opressão de gênero. À medida que a educação das mulheres possibilitou conservar nos lares, nas escolas e na sociedade, a hegemonia masculina, esta se revestiu de ambiguidades: detentores do poder

econômico e político, os homens apropriaram-se do controle educacional e passaram a ditar as regras e limites da instrução feminina e controlar seu ingresso em profissões. No ensino secundário elaboraram leis e decretos, criaram escolas e liceus, compuseram seus currículos e programas, escreveram a maioria dos livros didáticos e manuais escolares, habilitaram-se para a cátedra das disciplinas consideradas *nobres* e segregaram as professoras a espaços femininos como Economia Doméstica, Música, Puericultura, Culinária, Etiqueta e similares.

Disciplinada pelos homens, a educação das mulheres continuou um prolongamento da educação familiar. Enquanto estudavam, as jovens aguardavam o casamento e o estudo configurava-se como uma preparação para o que realmente importava em suas vidas: casar e ter filhos. Essas mulheres, de acordo com o imaginário que se forjava nos tempos pós-republicanos, não eram mais as procriadoras incultas, mas as futuras esposas educadas, conhecedoras das necessidades do marido e dos filhos, alicerces da moral e dos costumes, fiéis guardiãs do lar cristão e patriótico. Romper com tais estruturas, e sempre houve quem o fizesse, significava o degredo ou a condenação social. Portanto, o poder nas relações de gênero não se nivelou equitativamente, nem sequer significou a liberação das mulheres, mas apenas humanizou-se ao consentir na sua instrução. As mulheres de classe elevada sempre poderiam garantir-se financeiramente pelo casamento ou possuir fortuna familiar. Porém, havia aquelas que, sem possibilidades de casarem, tinham que depender da boa vontade de parentes ou amigos ou resignarem-se ao papel de governantas em casas ricas ou serem as eternas tias no cuidado dos filhos de irmãos ou irmãs. Para essas mulheres, com o movimento da ampliação do ensino e o crescimento das escolas normais após a República, o magistério apareceu nas décadas finais dos mil e novecentos como uma alternativa importante (ALMEIDA, 1998).

A possibilidade de ampliar seus estudos nas escolas normais que se expandiam e se qualificavam como centros irradiadores de um ensino de qualidade se abriu às jovens pertencentes a famílias de melhor poder aquisitivo e ao se tornar professoras, num ambiente escasso de oportunidades educacionais, se revelou como uma aspiração feminina, mesmo se não fosse para exercer a profissão. Aberta a oportunidade de exercerem uma profissão revestida de dignidade e prestígio social, fez com que o magistério se tornasse extremamente popular entre as jovens e se, a princípio a sociedade temia a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que dirigida eficientemente no sentido de não oferecer riscos sociais. A concepção sobre a educação feminina começou a dar sinais de mudanças no Brasil, no Estado de São Paulo, quando as necessidades da classe média e a situação do país nas duas primeiras décadas do século XX principiam a dar indícios de transformações. Esses indícios demonstravam uma intencionalidade de dar ocupação profissional às jovens que, por um motivo ou outro, teriam que lutar por seu sustento nessa nova sociedade que se alicergava no quadro econômico do País. Para os segmentos sociais a educação feminina veio para atender aos apelos e os interesses da Nação que se amparava na família solidamente estruturada. Para as mulheres, educar-se e instruir-se, mais do que nunca significou uma forma de quebrar os grilhões domésticos e conquistar uma reduzida parcela do espaço público. Foi também a possibilidade de

se adequarem às normas sociais e ao mundo novo que se descortinava e principiava a selecionar os mais preparados intelectualmente e que abria cada vez maior espaço para a sociabilidade. Possuidoras dos saberes privados sobre o mundo dos homens desejavam o saber público, mesmo derivado do saber masculino e referendado com seu selo oficial.

No espaço da sociabilidade, a religião continuou norteando a existência feminina: a católica com suas normas cerceadoras policiando e vigiando corpos e esculpindo mentes de acordo com sua ideologia; a protestante com seu espírito calcado na ética, na moral e na obediência.

### **A religião na formação da alma feminina**

A inclusão da categoria religião, como parte da cultura, para analisar as relações entre os sexos e o papel das mulheres no edifício social revela outro aporte teórico para as possibilidades investigativas. A religião representa o ponto nevrálgico para onde convergem as relações de poder que são estabelecidas no nível simbólico e no imaginário, por aglutinar a essencialidade da existência humana. A crença no mundo sobrenatural, o controle da sexualidade, os arquétipos religiosos ditando normas de pureza e mansidão, sempre normatizaram o comportamento social, com maior ênfase no sexo feminino.

No Brasil a Igreja católica sempre exerceu forte influência nesse campo, ditando regras sociais, morais e de comportamento religioso pela via do ensino. Ao centralizar sua atenção nas elites deixava o povo às margens das instituições, afastado da escola, unindo-se pelo concubinato sem regularizar sua união, batizar os filhos e enterrar os mortos, ausente das bênçãos dos clérigos e da sacralização dos costumes. O adestramento dos corpos possuía como alvo principal a sexualidade feminina que, ao ultrapassar o permitido, ameaçaria o equilíbrio da família e do grupo social. Por carregar a nódoa do pecado original, a mulher deveria ser vigiada, mesmo que isso significasse tolher sua liberdade, abafar sua individualidade e privá-la do livre arbítrio. O casamento e a maternidade eram a salvação feminina; honesta era a esposa mãe de família; desonrada era a mulher transgressora que desse livre curso à sexualidade ou tivesse comportamentos em desacordo com a moral cristã. Para a missão materna as meninas deveriam ser preparadas desde a mais tenra idade, nos colégios católicos, nas escolas protestantes ou nas instituições públicas. A menina tornava-se esposa e mãe honrada, primeiramente criada na casa dos pais, com o destino profetizado de casar na igreja, vestida de branco, para demonstrar a virgindade. Na visão da sociedade misógina, a maternidade era o ápice na vida de toda mulher. Doravante ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria, a mulher que pariu virgem o menino judeu, o qual teria como missão ser o salvador do mundo. Portanto, a religiosidade, pela estreita relação que possui com o mundo sobrenatural, se revestia de caráter disciplinador e, ao mesmo tempo, consolador. Por ser herdeira da tradição e estar ancorada no sagrado, a ideologia religiosa atuava como escultora da consciência e estabelecia conexões com vários aspectos da prática social como a vida cotidiana, a fé, a economia, a política, a festa, os rituais, a educação e as relações entre os sexos, esculpindo assim as interfaces do pluralismo cultural na convivência entre os seres humanos. Nesse universo, ordenadas simbolicamente, conviviam as questões ligadas à subjetividade, à

identidade, ao sonho, à magia, às crenças e às representações. As simbologias referentes ao sexo feminino emergiam como categorizações distintas do mundo masculino, sendo vistas como portadoras de diferenças relacionais.

O olhar dominante, no exercício das relações de poder, também é passível de atribuir defeitos e qualidades nas suas relações de alteridade e, dependendo da expectativa que se tem da conduta considerada *certa* ou *desviante*, reprime e castiga com a mesma intensidade com a qual cria um esquema de simbologias acerca dessa alteridade. A religião seja de qualquer origem, sempre foi decisiva na definição de padrões comportamentais femininos: o catolicismo, ao impor às mulheres a imagem da Virgem e Mãe, arquétipos sem dúvida dicotômicos; o protestantismo com seus ideais ascéticos e puritanos derivados da doutrina calvinista; o islamismo infringindo ao sexo feminino as mais pungentes humilhações e cerceamento de liberdade individual; entre outras. Nesses significados, a ideologia religiosa pode tanto deformar a realidade como solidificar as ideias que são veiculadas pela cultura, o que gera diferentes comportamentos humanos que estão ligados ao clima, às etnias, à geografia, ao desenvolvimento da economia e da política, alicerçando na sociedade um sistema de crenças e de comportamentos coletivos. Nesse sistema de crenças, a fé no mundo sobrenatural ocupa um lugar determinante nas manifestações culturais, modelando o imaginário e instaurando comportamentos ditados pela ideologia. No caso brasileiro existe uma miscigenação religiosa que incorpora à sacralidade original da simbologia européia cristã, a religião de origem africana trazida pelos escravos; a religião indígena dos naturais da terra, acrescidas ainda por crenças asiáticas. Esse sincretismo religioso se traduz em diferentes liturgias, seja nos grandes templos católicos e evangélicos, seja nos cultos domésticos e nos de origem africana, estruturando-se um misticismo de várias faces, não necessariamente fiéis a uma ou outra fé, mas sim permitindo a sua coexistência, dada a histórica liberdade de crença garantida pela Constituição Brasileira desde o século XIX e a tolerância religiosa.

Um modelo normativo de mulher, criado desde meados do século XIX, inspirado nos arquétipos do Cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento onde se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica de mulher através de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade. Essa ideologia vai desqualificar a mulher do ponto de vista profissional, político e intelectual “porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido.” (RAGO, 1987, p.65).

O uso de uma linguagem mística para qualificar o papel feminino era utilizado pela ideologia cultural que buscava na religião as metáforas e analogias para definir a mulher-mãe com atributos de *santa*, *anjo de bondade e pureza*, qualidades que todas deveriam possuir para serem dignas de coabitar com os homens e com eles gerar e criar filhos. A Igreja católica associava a figura da mulher santa, feita à imagem de Maria, à pureza de corpo e espírito, enquanto a mulher desviante, transgressora, principalmente a prostituída, seria ligada à maldade, à perfídia, ao pecado e à decadência. Se a primeira era

o espírito e a santidade, a segunda seria carnal e pecadora, levando os homens à corrupção do caráter e do corpo. No entanto, ambas deveriam ser submissas e dependentes, pois a ordenação social assim o exigia, e a *ordem natural das coisas* não deveria ser questionada por aquelas que eram as destinatárias de um processo de controle ideológico altamente repressor quanto à sexualidade. A ideia de sexo para a mulher *honrada* estava intimamente ligada ao corpo assexuado. A mulher não precisaria sentir prazer no intercursos sexual e de preferência deveria manter a castidade, mesmo no casamento. A forma de preservar essa castidade seria relacionar-se sexualmente apenas para a procriação, evitando-se os excessos sexuais que causariam dano à saúde e à vida espiritual feminina. O desejo e o prazer eram reservados ao homem, o qual, segundo o discurso médico, era biologicamente voltado para a essência carnal por conta da virilidade. A ideologia de caráter religioso regravava a sexualidade da mulher e do casal, perpassando toda a vida social do século XIX e estender-se ao século XX. Seria veiculada na sociedade, na família e na educação. Nas escolas, as moças seriam instruídas quanto à importância da castidade e da pureza; na igreja deveriam confessar ao padre quaisquer pensamentos ditos impuros; na família se impediria toda e qualquer manifestação voltada para explorar ou exercer a sexualidade, embora houvesse transgressões que costumavam ser severamente punidas.

A crença no mundo sobrenatural, o controle da sexualidade, os arquétipos religiosos ditando normas de pureza e mansidão, sempre ordenaram o comportamento social, com maior ênfase na dominação do sexo feminino. No Brasil, encarregada desde o descobrimento pelas missões jesuíticas de educar e dar formação religiosa à população, a Igreja católica exerceu considerável influência nesse campo, ditando regras sociais, morais e de comportamento religioso pela via do ensino, centralizando sua atenção nas elites e descuidando-se da população. O povo permanecia às margens das instituições, afastado da escola, unindo-se pelo concubinato sem regularizar sua união, batizar os filhos e enterrar os mortos, ausente das bênçãos dos clérigos e dos costumes ancorados no sagrado. Estes eram definidos pela instituição religiosa incumbida de perpetuar a tradição, na qual normas consideradas desviantes e hábitos em desacordo com a moral eram severamente punidos pelo uso do conceito de pecado, com a ameaça da excomunhão e do inferno. Esse estigma tinha suas raízes na sexualidade e fez com que as religiões cristãs dessem grande importância a uma imagética de pureza feminina através da sacralização comportamental dos corpos e mentes. Os primeiros eram controlados pela exacerbada vigilância de pais, irmãos e maridos, encarregados de extirpar das mulheres sob sua guarda qualquer tentativa de pecado carnal. As mentes eram passíveis de serem adestradas pela educação, por uma pedagogia do temor e da culpa que fazia as mulheres reféns de sua própria aura de sedução e capacidade de despertar o desejo masculino.

No século XX, a supremacia do médico sobre o confessor marcou uma nova fase na situação feminina ao envolver relações sociais com outros homens que não o pai, irmãos e marido. Armava-se assim uma situação diferente do período Colonial e do Império, com as mulheres resguardadas dentro das casas, impedidas de sair à rua e frequentar locais públicos. Com a República, as mulheres começaram a frequentar os espaços públicos, irem ao teatro, ao colégio, à loja, à igreja. Isso representou um indício dos primeiros passos dados no sentido de se libertarem da excessiva autoridade patriarcal.

Apesar da separação oficial da Igreja do Estado, foram as mulheres, os filhos pequenos e os escravos que se mantiveram como os elementos conservadores da fé religiosa, pois os homens se afastaram da igreja em busca dos ideais liberais e positivistas, e atraídos também pela maçonaria. Portanto, a hegemonia de uma nova ordem ideológica principiou a estabelecer seus contornos na sociedade brasileira: uma igreja que dava mostras de recuperar seu poder e que investia na educação como meio de se perpetuar e um novo olhar sobre a educação feminina, ao se atribuir às mulheres o papel de formadoras de consciências. Nisso todos se uniram: Igreja, Estado, Positivistas, Republicanos e Liberais. Escolas Normais se expandiram e passaram a receber grande contingente de moças desejosas de possuir uma carreira e um diploma; colégios e internatos buscavam fornecer instrução para as futuras mães de família e, pelas mulheres, se educavam os homens.

Essa nova ordem ideológica procurou matizar os corpos e as almas femininas. Alocados a novos papéis, ambos os sexos se sentiram à vontade nesse desempenho e se manteve a ordem social vigente. Assim, ideias que em certo período histórico funcionaram como impeditivas para a libertação feminina, posteriormente se transformaram por força de uma mesma ideologia, assumindo novos contornos e mantendo inequivocamente a mesma estruturação hierárquica de gênero. Nessa hierarquia a igualdade estava ancorada irremediavelmente numa alteridade que concedia o domínio ao sexo masculino e às mulheres se reservava o *nobre papel* de guardiãs da virtude. Eram os emblemas dos lares brasileiros que se desejavam participantes da ordenação social de um País civilizado e republicano. Nessa ordem, o protestantismo esculpiu ideias de liberdade e modernidade, embora nem sempre com sucesso. O catolicismo manteve a tradição e adotou posições conservadoras. Em ambas as ideologias religiosas, as mulheres foram mantidas no plano secundário, sob os mesmos mecanismos de submissão, assumindo estes apenas novas roupagens. Religião e cultura se entrelaçaram com a ideologia na manutenção do *status quo* vigente e homens e mulheres continuaram a desempenhar os papéis que lhes foram atribuídos, apesar da nova ordem e do progresso. Coube a estas a missão educativa moralizadora, como ordenava a Igreja Católica, como desejavam os ministros protestantes, como impunha a Sociedade com o apoio do Estado.

No Império, as relações entre os sexos foram pautadas por uma restrita ótica de territorialidade: as mulheres estavam voltadas exclusivamente para o mundo doméstico enquanto os homens se encarregavam das esferas produtivas e da vida social e política. Na ordenação do mundo urbano que se delineava, homens e mulheres se juntavam em objetivos comuns: a criação dos filhos. Porém, as mulheres sempre estiveram ausentes de qualquer inserção na vida política ou cultural do país. Apesar disso, no campo escolar existiu um protagonismo feminino. Isso se deu tanto na ação missionária, com as mulheres encarregadas das aulas nos colégios e nas pequenas escolas ao lado das igrejas; como nas escolas religiosas católicas e escolas fundadas por educadoras estrangeiras, que cuidavam de instituições privadas de ensino. As missionárias protestantes atuavam como professoras e catequistas de crianças, quando da criação de uma escola para cada igreja que era erigida para cultuar a fé protestante e levar aos nativos da terra a palavra divina. As mulheres que lecionavam nas escolas protestantes haviam estudado nos *Teacher's Colleges* no seu país de origem e eram exímias conhecedoras da Bíblia e dos modernos métodos pedagógicos adotados nos Estados Unidos. (BARBANTI, 1985).



A herança portuguesa influenciou decisivamente na construção da identidade feminina brasileira. Ainda nos meados do século XIX, por volta de 1865, os relatos dos viajantes pelo Brasil mostram o pouco que se cuidava da educação das mulheres, criticando os costumes herdados dos portugueses que as confinavam no lar. De acordo com esses costumes, que detiveram o poder de perdurar por décadas, até os tempos republicanos as mulheres não precisavam de muita instrução, apenas o suficiente para agradar socialmente. Nas primeiras décadas da República, essa situação principiou a ser paulatinamente alterada quando as jovens passaram a ser instruídas em nível primário e secundário. No entanto, devido à separação dos papéis sexuais que reservavam à mulher tradicionalmente apenas a função de esposa e mãe, dificilmente as moças chegavam a cursar o ensino superior, pouco mudando a situação feminina desde o Império. No Brasil, nos finais do século XIX, o Positivismo e o Higienismo haviam indicado que competia às mulheres a responsabilidade educativa das crianças, sendo essa proposta defendida vigorosamente nos meios políticos, científicos, religiosos, sanitários e intelectuais. Mas essa responsabilidade nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado. O trabalho somente poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza e resignação, e servir com submissão, *qualidades inerentes às mulheres*, premissas com as quais também se afinavam profissões ligadas à saúde, como enfermeira ou parteira.

O pressuposto da inferioridade biológica e intelectual das mulheres também levou o Positivismo a considerar natural a posição dos homens no poder, baseando-se na diferença de ordem biológica entre os sexos, o que justificava a subordinação e opressão feminina e seu alijamento da esfera pública. Os sofismas positivistas respaldaram o movimento higienista brasileiro quando os médicos sanitaristas a serviço do Estado decidiram, em nome do progresso e das necessidades profiláticas dos crescentes centros urbanos que se alicerçavam na antiga colônia, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, reservar à mulher a responsabilidade pela higiene doméstica e os cuidados com a saúde da prole. Os anos iniciais do século XX continuariam atrelados a essas concepções, não estando prevista a concorrência com os homens em termos profissionais e intelectuais, o que possibilitaria a ultrapassagem dos limites de segurança social. As correntes ideológicas que orientaram o pensamento das elites intelectuais no período republicano reforçariam essa destinação *natural* e manifesta das mulheres, ressaltando seu valor na educação dos filhos e ancorando nesse *destino* sua necessidade de educar-se, além de lhes reservar o papel de transmissoras da moral, dos bons costumes e guardiãs da virtude e da religiosidade. Nisso somente residiria a necessidade de sua educação.

### As missionárias educadoras protestantes

Nos finais do século XIX, os missionários americanos passaram a vir para o Brasil cada vez em maior número, trazendo esposas e filhas que viriam a incumbir-se do ensino nas escolas, enquanto os maridos divulgavam a doutrina aos nativos da terra e davam a necessária assistência espiritual aos que já professavam ou viessem a adotar a fé protestante. A expansão do território e a intensificação do comércio justificavam a ação missionária que se processava a mando do imperialismo com o argumento da *missão divina* e possibilitava

a conseqüente expansão capitalista, o que vinha ao encontro dos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos. Aliava-se a isso uma intencionalidade de contar com uma alternativa para a transferência da população negra, que se multiplicava pelos estados após a Guerra de Secessão e evitar a miscigenação racial no próprio país. Os missionários, nas suas andanças pelo sertão, quando voltavam a São Paulo escreviam seus relatórios à Junta nos Estados Unidos, contando do modo afável dos brasileiros, principalmente paulistas e cariocas, seus hábitos livres, as uniões não legalizadas, a tolerância e o respeito pela religião alheia (ALMEIDA, 2007).

O analfabetismo reinante entre homens, mulheres e crianças era um obstáculo à conversão baseada na leitura da Bíblia, dificultando o progresso e a ascensão social, ideia firmemente plantada pela corrente liberal capitalista. Imbuídos dessa crença, os missionários envidariam esforços para a criação de colégios onde pudessem se encarregar da educação dos brasileiros e convertê-los à verdadeira fé. Nos tempos imperiais os protestantes conseguiram alicerçar-se no sistema educacional, principalmente entre a população de baixa renda e imigrantes europeus. Mas esse quadro principiaria a mudar com as ideias republicanas que nos finais dos oitocentos passaram a exercer sua influência nas mentes ilustradas do país, quando as correntes liberais e progressistas fariam com que as elites e setores da classe média voltassem seus olhos para o ensino protestante, tão distanciado em objetivos e métodos da educação católica. O ideário de uma educação que atingisse a toda a população e que o ensino de crianças estivesse sob a responsabilidade feminina fez com que as missionárias protestantes fossem as principais incumbidas do trabalho nas escolas. A concepção de trabalho como vocação e de glorificação da palavra de Deus, de acordo com a ascese protestante, não poderia alijar da sua realização o sexo feminino, por mais difícil que este se apresentasse. Para os protestantes, impedir as mulheres de trabalhar, ao contrário do espírito religioso católico e ainda atrelado ao colonialismo lusitano que via o trabalho feminino como desairoso, seria também impedir a exposição da vontade divina (CONWAY, 1982).

Apesar da orientação norte-americana de atribuir às mulheres a incumbência de educar a infância, os membros da Junta de New York manifestavam dúvida e preocupação quanto à possibilidade das missionárias ensinarem meninas nesses lugares ermos do interior da província, por conta das privações e riscos a que eram submetidos os evangelizadores. Uma preocupação que também se referia ao seu próprio país, pelo perigo das grandes extensões territoriais e a vida em estado quase selvagem nas fronteiras mais distantes. Porém também entendiam a necessidade de seu trabalho já que para a importante tarefa educativa todos os recursos humanos deveriam ser aproveitados, principalmente quando se tratava de um país católico, subjugado por um clero inepto e cheio de vícios, vivendo em desacordo com a moral cristã e sem nenhum código de ética, como a adotada no protestantismo. Apesar das preocupações com sua segurança e conforto, as missionárias costumavam corresponder às expectativas e Ella Kuhl, Margareth Scott, Mary Dascomb e Clara Hough, entre outras, foram enviadas pela Junta para criar escolas e organizar seu projeto pedagógico de acordo com o método de ensino norte-americano. Muitas foram as dificuldades, principalmente os cortes financeiros que afetavam as escolas e

as professoras missionárias chegavam mesmo a cobrir gastos com seu próprio salário, conforme escreveu Ella Kuhl para Mary Dascomb em janeiro de 1899.<sup>1</sup>

Em menos de cinquenta anos, as cidades mais importantes do país tinham uma escola americana protestante, com classes onde predominavam as professoras, abertas aos filhos dos convertidos e aos setores interessados em proporcionar aos seus filhos uma educação diferenciada da tradição católica e da ineficiência da escola pública de então, constituindo uma alternativa aos colégios internos católicos e competindo com as escolas particulares. Nesse período a presença das mulheres na educação escolar pública paulista se fazia cada vez mais frequente, mas ainda era vista com resistência por parte de segmentos conservadores mais tradicionais e as professoras primárias públicas enfrentavam no interior da província preconceitos que se apoiavam na imagética do trabalho ser nocivo para as mulheres e até mesmo atentar para sua formação moral. Isso acontecia a espaços, apesar do ideário positivista alocar ao sexo feminino a tarefa de educar a infância, por conta da resistência de parcelas mais conservadoras quanto aos papéis sexuais reservados aos dois sexos. A presença das educadoras protestantes pode ter contribuído para que essa mentalidade fosse mudando, dada a grande admiração que intelectuais e educadores paulistas nutriam pelo modo de vida americano. As mulheres e as filhas dos ministros chegavam acompanhando maridos e pais e ajudavam a levar a bom termo seu trabalho, incumbindo-se de lecionar nas escolas levantadas junto às igrejas, alfabetizar as crianças e introduzi-las na leitura da Bíblia, não permanecendo ociosas e inclusive assumindo encargos de direção e organização das escolas. Mary Parker Dascomb, Mary Ann Chamberlain, Elmira Kuhl, Nanie Henderson, Mary Videau Kirk, Charlotte Kemper, Kate Bias, Mariquinhas Prestidge, Phoebe R. Thomas, Ellie Miller, Rosa Vieira Ferreira, Adelaide Molina, Miss M.G. Goodale, Anna Nicodemi, Maria E. Ellis, Carrie Porter, Virginia E. Porter, Marcia Browne<sup>2</sup>, entre outras, foram importantes na divulgação de uma concepção de ensino que pregava a igualdade e a democracia, a ênfase em valores morais e a conversão religiosa. Essas mulheres, tanto as americanas, como as brasileiras convertidas que abraçaram seus propósitos educacionais, além da educação dos meninos e meninas, empenharam-se na formação de novos quadros profissionais que pudessem dar continuidade ao seu trabalho em esfera local. Para isso investiram na criação de escolas que pudessem também formar professores e professoras para o ensino primário que em fins do século XIX passava por tentativas de implantação e reforma em São Paulo. Escolas foram criadas em vários locais, tanto em São Paulo, como nas outras províncias, sustentadas em parte pelos pais dos alunos e por fundos da Missão. Eram tempos difíceis, de dinheiro escasso para os missionários, os gastos eram consideráveis e as escolas consumiam muito

<sup>1</sup> Microfilme Brazil-Mission, 1833-1911, n° 149. Os microfilmes foram adquiridos com ajuda da FAPESP, na modalidade auxílio à pesquisa e oferecem amplas informações aos pesquisadores interessados no tema, entre outros. Encontram-se no acervo da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Campus de Araraquara, São Paulo.

<sup>2</sup> É representativo que sejam ínfimas as informações sobre essas mulheres. Dificilmente são encontradas referências, no Brasil ou exterior, sobre suas vidas. É emblemático o exemplo da professora e missionária Marcia Browne, que foi diretora da seção feminina da Escola Modelo implantada por Caetano de Campos na Reforma da Instrução Pública no Estado de São Paulo, em 1890. (REIS FILHO, 1981). Nas pesquisas nas bibliotecas universitárias no País e nas bibliotecas de Harvard, nos Estados Unidos, no procedimento de uso de palavras-chave, nada foi encontrado, o que demonstra a dificuldade da revisão histórica sobre as mulheres.

numerário, não sendo poucas as que fechavam por dificuldades financeiras. As escolas americanas se notabilizavam por enfatizar um ensino no qual a tônica era a solidariedade e o individualismo ético, onde imperavam valores como virtude, respeito mútuo, honradez, temperança e liberdade, derivados da religião e do acatamento de seus preceitos. Buscava-se motivar e incentivar alunos e alunas a seguirem um modelo de educação que propiciasse mudanças comportamentais e instituísse valores diferenciados na sociedade brasileira, que não aqueles calcados no modelo clerical católico.

Muitos intelectuais formadores de opinião como Rui Barbosa, Rangel Pestana, Caetano de Campos, entre outros, viam com simpatia essa forma dos protestantes veicularem sua concepção e modo de vida e não foram poucos os que consideravam o *modelo cultural* norte-americano como algo a ser seguido, vendo as possibilidades de implantá-lo no Brasil, país que procurava organizar um sistema de ensino que o equiparasse às grandes nações do mundo. Com a criação e funcionamento das escolas americanas, a prática protestante começava a erigir novos valores sociais, como os pais investindo nas escolas, colaborando para pagar professores e ajudando os filhos sempre que possível, ao mesmo tempo em que se valorizava o trabalho das mulheres como educadoras de crianças e implantando a coeducação dos sexos, princípios adotados nos Estados Unidos do Norte desde 1850, aproximadamente. (BARBANTI, 1985). Os protestantes desejavam formar elites em suas escolas, as quais, convertidas ou não, abraçassem seu modelo cultural e ético voltado para valores como trabalho, moderação, religiosidade, respeito. Queriam seres humanos semelhantes àqueles de seu país, imbuídos de ideais democráticos e que fossem agentes de mudanças sociais. Unânimes em afirmar que nas aulas e na orientação pedagógica nas escolas evitavam o proselitismo ou não exigiam conversão à sua fé, nos relatórios enviados à Junta demonstravam inequivocamente que também queriam formar pastores para dar prosseguimento à sua missão e atrair os jovens para *a verdadeira fé*.

Quando em 1870, em São Paulo, Mary Chamberlain organizou a classe para meninas protestantes, a grande procura fez com que o reverendo Chamberlain considerasse que o Sistema Escolar do Império era insuficiente e que necessitava haver um lugar para ensinar a todos aqueles que eram perseguidos nas escolas públicas fossem ou não protestantes. As mesmas reflexões fizeram Georg Nash Morton e Edward Lane, ministros presbiterianos que haviam chegado em 1868 com o objetivo de determinar qual o melhor lugar para sediar a Missão no Brasil. O reverendo Lane era do Nashville Committee das Igrejas do Sul dos Estados Unidos e de origem inglesa, tendo estabelecido o centro de suas atividades missionárias na região de Campinas. Em 1870, Lane e Morton fundaram em Campinas a Igreja Presbiteriana e a escola que funcionou por um ano. Em 1873 a escola organizou-se melhor e teve funcionamento contínuo, onde lecionou Miss Nanie Henderson e, posteriormente veio ajudá-la Miss Mary Videau e John W. Dabney, para lecionar no College. Em outubro de 1871, Chamberlain organizou uma reunião em São Paulo com o objetivo de conseguir apoio para a fundação do College. Os missionários Morton e Lane também estiveram presentes e em dezembro realizaram reunião similar para fundar o colégio de Campinas. Tanto os missionários radicados em Campinas, como

o reverendo Chamberlain propunham fundar um tipo de colégio que englobasse o curso primário, o secundário e o curso superior científico. Na escola de São Paulo, a assembleia decidiu que usaria os métodos e a organização escolar, praticados nos Estados Unidos e a língua utilizada seria a portuguesa funcionaria em regime coeducativo e a língua utilizada seria o português. Dar-se-ia ênfase ao treinamento manual, à ginástica e aos esportes em geral, e os turnos funcionariam em regime de internato. De acordo com os princípios éticos e democráticos norte-americanos considerava-se que sendo a educação um direito do indivíduo, existia também a obrigação de garanti-la indistintamente a todos, independentemente da raça, da cor, do sexo ou da classe social. A propaganda religiosa seria excluída e a função do ensino religioso seria apenas debater valores éticos e morais, descartando-se o proselitismo religioso.

A missionária Mary Parker Dascomb era também filha de missionários e educadores nascida em Providence, Rhode Island, em 1842. Havia vindo uma primeira vez ao Rio de Janeiro como preceptora dos filhos do cônsul norte-americano. Em 1869 foi convidada por Simonton para integrar a equipe missionária e alguns anos depois dirigia a *mission school* de Brotas, na Província de São Paulo. As várias vilas no interior da província como Botucatu, Brotas e Rio Claro foram por ela percorridas, juntamente com Ella Kuhl, indo depois fixar-se no Paraná onde fundaram em 1892 a Escola Americana de Curitiba. Durante o período de 1886 a 1907 escreveu várias cartas a Horace Lane relatando desde fatos corriqueiros até sua preocupação com o ensino protestante no Brasil, reafirmando sua fé e sua crença no valor da ação missionária educativa.<sup>3</sup>

Ella Kuhl também nasceu em 1842 em Cooper Hill, pequena cidade em Nova Jersey. Formou-se professora pelo *Women's College* de New Jersey e em 1865 foi nomeada para trabalhar numa escola pública nos Estados Unidos. Anos depois veio para o Brasil trabalhar como missionária, lecionando primeiramente em Rio Claro. Em 1877, juntamente com Mary Dascomb, foi para São Paulo onde passou a lecionar na Escola Americana. As duas professoras permaneceram no Brasil dando continuidade ao trabalho missionário educativo até 1917 quando, com apenas um dia de diferença, viriam a morrer, Ella Kuhl nos Estados Unidos e Mary Dascomb em Curitiba. (GOLDMAN, 1961, p.253). Essa amostragem da compilação de Goldman demonstra a possibilidade de se investigar mais profundamente a História das Mulheres, ora pautando-se na educação, ora na religião como têm feito várias pesquisadoras. Talvez a maior dificuldade desse tipo de pesquisa resida na escassez de fontes e registros escritos. O exemplo acima pode ser um ponto de partida, como no caso da história de Mary Dascomb e Ella Kuhl e suas realizações em prol da educação, que estavam significativamente interligadas com seu dever religioso.

<sup>3</sup> Uma compilação dessas cartas foi feita por Goldman (1961), as quais se encontram publicadas nos Anais do Museu Paulista, tomo XV. Escritas em inglês, as cartas de Mary Dascomb tratam desde fatos corriqueiros como namoros, casamentos, batizados, nascimentos e mortes, assim como reflexões sobre o país onde desenvolviam a missão e as preocupações com os rumos da campanha educativa missionária. Demonstrava grande admiração por Lane e o trabalho que este realizava no Mackenzie College.

### Algumas considerações

Na República, o magistério exercido por mulheres, a coeducação dos sexos, a implantação de uma prática educativa inovadora e uma visão de mundo diferenciada ganharam a simpatia dos intelectuais reformadores. As escolas protestantes, durante um determinado período, firmaram-se como centros de excelência irradiadores de modernas metodologias, passando a ser aceitos também pela classe média ascendente urbana e por uma pequena burguesia que se considerava progressista. Essas escolas passaram a fazer parte da oferta de ensino regular num sistema escolar que tentava firmar-se na educação paulista e chegaram mesmo a destacar-se no cenário nacional, sendo reconhecidas pelas autoridades brasileiras, colaborando na construção da cultura, da nacionalidade e da identidade do país. Ao veicularem o trabalho feminino como fator de elevação moral e espiritual do magistério, e instituírem classes mistas onde se praticava ensino igual para ambos os sexos, descortinaram uma perspectiva educacional diferente da pregada pelos colégios católicos e até mesmo pelo ensino público. Ao introduzirem as premissas liberais vigentes nos Estados Unidos, instituíram um novo tipo de educação escolar que, se por um lado agradava alguns setores progressistas republicanos, por outro era visto com receio pelos setores conservadores da sociedade civil e pela Igreja Católica, empenhada em recuperar espaços perdidos no campo educacional. No caso dos protestantes, o mais forte elemento definidor da identidade foi o *inimigo comum*, a Igreja católica, e a oposição que esta dirigia à sua religião. Quando a oposição se articulava em torno de embates ideológicos de qualquer natureza, católicos e protestantes se deslocavam para polos opostos, cada qual defendendo uma posição que, essencialmente, ligava-se a essa mesma identidade que definia modos de vida, crenças e procedimentos incompatíveis entre si. O caráter protestante se revelava em afirmativas que as mulheres versadas na doutrina religiosa seriam as mais indicadas para ensinar tanto na família como na escola. Desse ponto de vista, o trabalho educativo visto como ato missionário, fez com que mulheres enfrentassem os perigos nas fronteiras ainda selvagens de seu país e se aventurassem por terras estrangeiras perseguindo o ideal de, através da educação e da religião, servir a Deus e à Pátria. Nesse ato, se embutia um senso de dever onde o desprendimento e a austeridade casavam perfeitamente com a proposta republicana de erigir uma grande nação, com o ideal manifesto de que ser uma das maiores do mundo. As professoras e os professores eram considerados os agentes de Deus para desempenhar uma grande tarefa; seu concurso era imprescindível para o avanço intelectual, social e moral do mundo situando-se, antes dos ministros, no topo da escala de maior importância na sociedade. Para as mulheres, o magistério era a sacralidade vocacionada, era o cumprimento dos desígnios de Deus, além de representar um ato de heroísmo e de patriotismo. Nas revistas do período, histórias eram publicadas nas quais a professora era a heroína que a tudo vencida em nome do amor à profissão. Em outras, a moça abandonada pelo noivo, ao abraçar uma vida de paciência e resignação, triunfava graças ao seu amor pelos alunos.

Quando os missionários protestantes se dirigiram ao Brasil na sua missão evangelizadora, trouxeram esposas e filhas que iriam desempenhar a tarefa de educar,

juntamente com a pregação religiosa, enquanto eles se incumbiam dos atos públicos de fundar igrejas e escolas, construir edifícios e participar da vida política do país. As mulheres que acompanhavam os missionários foram para as salas de aula, organizaram o ensino, administraram os colégios e as escolas paroquiais, encarregando-se também das obras caritativas e de salvação, desempenhando o seu próprio *destino manifesto* de serem as responsáveis pela educação das futuras gerações, iluminando assim sua existência com os ditames da *verdadeira fé*. Tudo isso na esteira de um ideal democrático de igualdade que se fortalecia em seu país de origem, tendo na base um pensamento que misturava à profissão a um destino de missão evangelizadora.

### Referências

- ALMEIDA, Jane S. de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo, Editora da Unesp, 1998.
- ALMEIDA, Jane S. de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* Campinas, Autores Associados, 2007.
- BARBANTI, Maria L. S. H. Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 66, n° 152, jan/abr. 1985.
- CONWAY, Jill K. *The female experience in eighteen and nineteenth century America: a guide to the history of american women*. New York, Garland Publishers, 1982.
- GOLDMAN, Frank. *Os Pioneiros Americanos no Brasil: educadores, sacerdotes, covos e reis*. São Paulo, Pioneira, 1972.
- MICROFILMES (coleção). BRAZIL-MISSION, 1833-1911, roll. 149.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890/1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- REIS FILHO, Casimiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo, Cortez, 1981.

*Recebido em abril de 2012  
Aprovado em julho de 2012*